

PRÁTICA EDUCATIVA E CIDADANIA: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

Luline Silva Carvalho¹

Gabriel Brom Vilela²

Resumo

Este artigo é fruto de debates e leituras propostas durante disciplinas do Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás. Realiza-se aqui uma análise de cunho teórico, que visa contribuir para os atuais debates da educação, propondo uma análise do papel da disciplina de geografia. As análises da atualidade mostram que a Educação tem sido reconhecida como essencial, porém, averigua-se que o processo educacional é compreendido de maneiras diferentes, havendo divergências quanto a sua verdadeira função. A revisão teórica, elencou que por parte das diretrizes propostas pelo sistema há um grande apelo a formação de indivíduos para o mercado de trabalho, enquanto estudiosos ligados ao processo educacional como Cavalcanti (2013) Libâneo (2012) Callai (2013) Nóvoa (2007) pontuam a necessidade de uma formação social do indivíduo, permitindo que ele se torne um cidadão consciente de seus direitos e deveres, motivado a ação. Evidenciou-se que há um descompasso entre os interesses do sistema e as necessidades dos alunos, o que contribui para que a educação nacional, enfrente dificuldades ao que se refere ao alcance da qualidade. Desta maneira, entende-se que a disciplina de geografia pode contribuir em grande escala na formação do aluno crítico-cidadão, apto a atuar em seu espaço contribuindo para o desenvolvimento social.

Palavras- chaves: Formação. Cidadania. Geografia.

1 Introdução

O advento do capitalismo propiciou grandes transformações na organização sócio espacial, atingindo a sociedade em diversos campos, dentre eles o político, econômico, cultural e científico. Logo, observa-se uma reestruturação global, a fim de se perpetuar a reprodução do capital, acarretando consecutivamente, complexas alterações na reprodução dos valores sociais de maneira generalizada.

Este novo arranjo, pautado na ideia de desenvolvimento, divide a sociedade em classes, por meio das quais evidencia-se as desigualdades sociais, que se efetiva através da exploração da força de trabalho e da mais-valia. Esta configuração causa a modificação da

¹ Graduada em Licenciatura em Geografia, Mestranda em Geografia, no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, regional Jataí. Professora na Universidade Estadual de Goiás, Campus Mineiros. Professora da educação básica na rede particular de Mineiros.

² Graduado em agronomia. Professor na Universidade Estadual de Goiás.

dinâmica das relações de trabalho, fazendo com que a qualificação profissional seja atualmente, elemento prioritário na formação dos sujeitos.

Pensar a conjuntura deste mundo moderno, exige uma apreciação crítica. Freire (1977) afirma-nos que “embora todo desenvolvimento seja modernização, nem toda modernização é desenvolvimento.” Assim, a análise deve ser crítica, refletindo sobre as ideologias pregadas pelo capital, responsáveis pela alienação do sujeito, que o leva a absorver as consequências e impactos deste modelo como algo natural e necessário para o desenvolvimento. Para isto, a educação sob uma perspectiva crítica se torna essencial à compreensão desta realidade complexa.

É importante pensar a formação do sujeito, para que estes sejam dotados de capacidade analítica, e em suas vivências cotidianas, tenham consciência de seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Neste cenário a educação escolar deve ser considerada como importante elemento para a formação do sujeito, uma vez que a mesma auxilia na identificação, compreensão e análise das relações estabelecidas entre a unidade homem-natureza.

Entende-se que a educação permite que o indivíduo compreenda seu espaço de vivência como uma produção social, da qual todos fazem parte e são responsáveis por construir e reconstruir em busca de melhoras. Desta forma, parte-se da premissa de que por meio de um processo formativo que contemple a emancipação do aluno, torna-se possível aproximar o aluno da concepção de cidadania, por meio da qual ele poderá atuar em seu cotidiano de maneira consciente e responsável.

Com base na contextualização exposta, esse artigo pretende uma reflexão teórica acerca do processo educacional e suas possíveis colaborações para a prática cidadã. O mesmo foi elaborado a partir de leituras e discussões de textos realizadas em sala de aula, durante disciplinas ministradas ao Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás.

2 Educação escolar: profissionalizar ou libertar?

Compreender a educação no cenário atual, exige refletir quais as repercussões práticas do modo de produção capitalista sobre as instituições de ensino e suas ações. Verifica-se que a educação tem cumprido papel central no processo produtivo, por se responsabilizar pela formação de mão-de-obra.

Grannel e Vila (2001) afirmam que diante dos desafios propostos pelo desenvolvimento, a importância da educação tem sido reivindicada.

Em todo el mundo, la educación es hoy una prioridad em los programas de casi todos los partidos políticos, desde la derecha e la izquierda. De hecho, una de las funciones principales de la escuela há sido siempre preparar a las nuevas generaciones para los cambios económicos que se producian y garantizar una mejor inserción em el mndo professional y del trabajo. (GRANELL e VILLA, 2001, p. 11)

Porém, é importante refletir os objetivos da educação, para que a mesma não produza “alunos-mercadorias” a serem inseridos na lógica individualista do capital e do processo de globalização. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) consideram que a “globalização” é uma expressão que designa o período vivenciado, bem como da etapa de desenvolvimento do capitalismo. Suas características podem ser observadas em vários setores da sociedade, mas cabe aqui destacar suas principais implicações a educação, sendo:

- a) exigem novo tipo de trabalhador mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais;
- b) levam o capitalismo a estabelecer, para a escola finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado;
- c) modificam os objetivos e as prioridades da escola;
- d) produzem modificações nos interesses, necessidades e valores escolares;
- e) forçam as escolas a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática;
- f) induzem alteração na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores. (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2012, p. 62)

A exposição de Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) deve ser considerada como um retrato, do cenário geral da educação, e chama atenção para uma mudança na qual a ciência e a tecnologia assumem papéis essenciais, fazendo com que a sociedade seja definida segundo o estágio informacional e tecnológico que se encontra.

Santos (2006) também aponta que este período de transformações e mudanças contínuas, está vinculado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, denominando-o como período técnico - científico- informacional, afirmando que este relaciona-se

intimamente com a terceira revolução industrial, unindo técnica e ciência, que assumem os interesses do mercado, expandindo e consolidando a globalização.

Outro aspecto marcante da Globalização, refere-se ao seu potencial de disseminação das informações, que ocorre por diversos meios na atualidade, de maneira muito eficaz. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) a escola não é mais o único meio de se obter informações.

Neste ponto da discussão, questiona-se qual será então, a verdadeira função da escola no contexto da globalização? Sobre esta indagação Pimenta (2013) esclarece que o primeiro passo, para que a escola receba seu merecido reconhecimento, é que seja feita a distinção de informação e conhecimento. Pois, se a educação for vista apenas como transmissora de informações, Pimenta (2013) afirma que ela tende a desaparecer, pois, não apresenta a eficácia dos meios de comunicação neste processo. Sendo assim, a autora enfatiza que a construção do conhecimento deve ser a função da escola, e que conhecer é mais que obter informações.

Conhecer significa trabalhar as informações, ou seja, analisar organizar, identificar suas fontes, estabelecer as diferenças destas na produção da informação, contextualizar, relacionar as informações e a organização da sociedade, como são utilizadas para perpetuar a desigualdade social. (PIMENTA, 2013, p.94)

Acerca desta discussão, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) afirmam que a situação atual, indica que a escola deve buscar a formação de cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo.

Pimenta (2013) postula que trabalhar as informações na perspectiva de transformá-las em conhecimento é tarefa primordial da escola, que deve realizar o trabalho de análise crítica da informação relacionada a constituição da sociedade na qual vivemos.

A partir desta discussão reafirma-se a importância da educação e seu verdadeiro objetivo, que é o de formar cidadãos, críticos, éticos, solidários, preparados e conhecedores para um novo tempo. No entanto, é necessário refletir se tal objetivo, tem sido considerado dentro da proposta educacional da globalização.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) afirmam que organismos multilaterais vinculados ao capitalismo, traçaram políticas educacionais voltadas aos países pobres, com bases em seus interesses, que se resumem quase exclusivamente em otimizar os sistemas escolares, objetivando a intelectualização do processo produtivo e indução do consumo.

O Brasil dentro deste cenário de globalização, tem se ajustado às exigências impostas pelo sistema, como destaca Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) desde 1990 têm se implantado políticas econômicas e educacionais de ajuste, a fim de instituir diretrizes e medidas pelas quais o país se moderniza.

Inserida num projeto de globalização, com princípios neoliberais, nas últimas décadas, a educação tomou grande espaço nas discussões políticas. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) explicam esta situação, esclarecendo que o mercado passou a necessitar de trabalhadores com habilidades de comunicação, abstração, visão de conjunto, integração e flexibilidade para acompanhar os avanços científico-tecnológicos. Assim, como tais habilidades levam um prazo para serem desenvolvidas, delegou-se à educação básica a função primordial de desenvolvê-las, além de desenvolver competências sociais necessárias à adaptação do indivíduo no novo paradigma produtivo, além de formar o consumidor competente exigente e sofisticado.

De acordo com os autores a mesma lógica se aplica às universidades, que segundo a lógica global deve buscar constantemente a qualidade total dos serviços, bem como formar profissionais capazes de corresponder sempre às novas necessidades do mercado.

Entende-se que a educação deve qualificar os alunos para este mundo moderno, por meio de uma experiência formativa, que contemple valores sociais, que presem pela solidariedade, pela ética e a moral, ultrapassando a formação de indivíduos para o mercado, assegurando também a capacitação para a prática cidadã cotidiana.

É imprescindível ressaltar que a postulação exposta aqui, não nega a relevância de preparar os alunos para suas vidas profissionais futuras, apenas reivindica-se que a mesma possa ser conduzida agregando-se valores éticos e morais, que permitam que os sujeitos criem consciência crítica de seu papel frente as demandas sociais do mundo moderno.

Oliveira (2012) afirma que o ensino é uma das práticas que pode ser utilizada como mediadora de uma reflexão acerca das ações que são executadas pela sociedade.

Freire (1977) nos atenta ao fato de que o homem, como ser que trabalha, possuindo pensamento e linguagem, é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre sua própria atividade, tornando-se um ser da transformação, por meio de sua ação sobre o mundo. O autor nos fala que toda ação do homem subentende uma teoria, assim a prática ganha uma nova significação.

Tais colocações implicam a essencialidade do conhecimento para a prática, reforçando a necessidade do ensino a fim de preparar indivíduos capazes de realizar análises críticas e desencadear ações transformadoras no seu espaço de vivência. Pois, ainda que

algumas disciplinas escolares pareçam ter um caráter restritamente físico, o espaço escolar deve em todos os planos de ensino abordar os conteúdos sob a ótica de construção social, evidenciando que a sociedade se (re)organiza segundo as práticas humanas. A isto, atribui-se a essencialidade da educação escolar para a formação de alunos cidadãos.

Ao trabalhar se com um tema, por meio de uma abordagem que contemple a ação humana sobre o meio, é possível incitar reflexões acerca dos direitos e deveres de cada um, e seu importante papel social de transformar, o que possibilita aproximar o aluno da ideia de cidadania.

3 Geografia escolar: histórico e possibilidade para cidadania.

No decorrer de sua existência a ciência geográfica passou por muitas transformações, as quais exerceram papel de grande importância para sua consolidação. De acordo com Claval (2011) em sua obra epistemológica sobre a Geografia, desde a pré-história registra-se a existência de conhecimentos que podem ser classificados como Geografias vernaculares, período em que a mesma se dava sem uma sistematização e/ou organização metodológica científica, porém, desde então colaborava para a compreensão do espaço e a ação do homem.

Desde as origens da estruturação da Geografia enquanto ciência esse saber esteve associado à tarefa de auxiliar as pessoas a conhecerem e compreenderem os processos de formação espacial e, por consequência, se perceber enquanto agentes de formação e estruturação espacial. Esta realidade justifica a importância de seu ensino nas escolas.

A Geografia como disciplina escolar, segundo Ribeiro (2011), foi integrada pela primeira vez no currículo escolar na Alemanha, no início do século XIX. O principal motivo deve-se ao fato de que, alguns anos antes, a Alemanha havia consumado sua unificação territorial e a existência da Geografia na educação teria importante papel na consolidação da identidade espacial alemã, uma exigência para qualquer Estado Nacional recém-criado.

De acordo com Ribeiro (2011) foi no Imperial Colégio Pedro II, em 1837, que a Geografia surge como disciplina autônoma no currículo escolar brasileiro. A criação visava dotar a Corte de uma instituição de ensino secundário e, também, servir de modelo, padrão de excelência e de educação, que deveria ser seguido pelas demais escolas brasileiras.

A Geografia escolar brasileira, em seus primeiros anos, foi amplamente influenciada pela escola francesa. Segundo Ribeiro (2011) pautada na obra de Paul Vidal de La Blache, a Geografia brasileira “era positivista e com forte ênfase nos estudos regionais, sendo sua maior

expressão acadêmica a produção de monografias descritivas, repletas de dados específicos que serviam para se apreender o conhecimento geográfico das várias regiões estudadas.”

Esta influência propiciou a formação de uma Geografia escolar restrita ao estudo das paisagens naturais e humanizadas, além de estratégias didáticas pautadas na memorização dos lugares e de seus elementos. “Ao aluno cabia descrever e relacionar os fatos naturais e sociais, fazer analogias entre eles e elaborar suas generalizações ou sínteses. O propósito era ensinar uma Geografia científica, na época, sinônimo de neutra” (CASSAB, 2009 apud Ribeiro 2011).

Apenas na década de 1920 tem início um período de importantes transformações no ensino de Geografia em nosso país, que passou a ter seu caráter tradicional substituído por outra proposta. “A reivindicação de mudança no ensino de Geografia abarcava não apenas a metodologia empregada em sala de aula, mas também os conteúdos e seu tratamento didático”. (RIBEIRO, 2011 p.826)

Deve se destacar um nome de grande importância neste período, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, que segundo Ribeiro (2011) foi responsável por propor que o ensino de Geografia tivesse como princípio as características fisiográficas, e no que diz respeito à Geografia humana, que esta pautasse suas análises na antropogeografia. No entanto sua principal contribuição foi propor que o ensino da Geografia valorizasse o espaço de vivência do aluno, que buscasse dar ênfase a região em que o aluno estava inserido.

“No período da ditadura militar a Geografia continuou exercendo seu papel ideológico de disseminar as ideias do governo” (RIBEIRO, 2011 p.826). Somente com o movimento de renovação durante a década de 1970 é que ocorrem mudanças que buscavam atualizar a Geografia no sentido de lhe permitir ir além da quantificação e da descrição. Ela deveria perder seu caráter descritivo e adotar de forma prioritária o estudo das ideologias políticas, econômicas e sociais, mas também das relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza.

Porém, enfrentaram-se dificuldades que atingem a disciplina de Geografia até os dias atuais, pois, diferente da teoria, a Geografia tradicional continuou sendo utilizada pelos professores e pelos alunos. O movimento de renovação da Geografia escolar não foi capaz de produzir mudanças significativas nas práticas de ensino durante os primeiros anos, na verdade, ela tem continuidade até os dias atuais, pois, busca-se, a todo momento, atingir a práxis, um vez que todas as discussões geradas em âmbito teórico parecem ainda não ter alcançado as salas de aula.

O ensino de geografia nos dias atuais, apresenta-se cada vez mais importante para a formação do aluno, pois, o espaço geográfico atual tornou-se uma teia complexa de relações e fatos, tendo como principal elemento as relações de produção do sistema capitalista, responsáveis pelo fenômeno da globalização.

Desta forma, refletindo sobre a disciplina de geografia, observa -se sua relevância na formação de indivíduos dotados da capacidade de pensar a apropriação do meio de forma analítica, e atuar criticamente na sociedade, podendo realizar interferências conscientes na ocupação do espaço. Esta realidade se dá principalmente pelo fato da relação homem-meio ser o objeto de análise dessa ciência.

A ciência geográfica permite a compreensão do espaço, não apenas enquanto elemento físico, mas também a partir das relações sociais que se estabelecem no mesmo. Neste sentido, assume papel de extrema importância na vida dos indivíduos, por permitir que repensem e transformem o espaço habitado a partir de seus conhecimentos, exercendo assim sua função social de cidadão.

Cavalcanti (2012) ressalta a importância da Geografia escolar na vida do indivíduo, por ter como principal objetivo elevar a capacidade do aluno compreender a realidade do ponto de vista de sua espacialidade. A autora afirma a necessidade de uma consciência espacial para a prática da cidadania, já que a participação de indivíduos na vida adulta, seja no trabalho, no bairro em que moram, no lazer ou nos espaços de política, terá maior qualidade se estes conseguirem refletir sobre o espaço de forma abrangente e crítica.

Firma-se aqui a posição de uma cidadania que inicia sua formação nas experiências cotidianas, podendo ser mediada através da disciplina de geografia na instituição escolar. Concordando com Faria (2007 p. 13)

[...] é na sociedade, com sua desigual distribuição de renda, suas desigualdades sociais, suas faltas/acessos de oportunidade ao emprego, à saúde, à educação; com suas discriminações, preconceitos, violências, como no caso do Brasil, que começamos a vivenciar e consolidar a cidadania. (FARIA, 2007, p. 13)

Com base na colocação de Farias (2007), conclui-se que a geografia reafirma sua importância como veículo para a constituição do aluno cidadão, a medida que a ideia de cidadania passa pelo sentido que se dá ao seu espaço de vivência, por meio da noção das relações estabelecidas, e daquelas a que se está sujeito. Assim, a noção de espaço enquanto construção social, atribuída pela geografia, é indispensável, para a efetivação da cidadania.

O conceito de cidadania proposto, passível de ser alcançado por meio do ensino de geografia, não se prende apenas a regulação de direitos deveres de indivíduos viventes num país democrático. Pretende-se consolidar a cidadania, por meio do conhecimento e a prática de direitos e deveres do cidadão, mas também, através do desenvolvimento de reflexões sociais, que implicam considerar, respeitar e valorizar o próximo.

A ideia de ser cidadão, exige a compreensão de seu espaço cotidiano no que diz respeito ao seu processo de apropriação pela sociedade, e as transformações impostas ao mesmo. A partir disto, torna-se possível formar o aluno para a cidadania, uma vez que, ele poderá compreender - se como sujeito social capaz de intervir na sociedade, de maneira crítica e analítica.

4 Formar o aluno-cidadão: expectativas e desafios na geografia escolar

A linha de pensamento adotada aqui, admite a imprescindível contribuição da disciplina de geografia na formação do aluno-cidadão, pela abordagem que a mesma possui acerca do espaço, depreendendo-o como produto da interação da sociedade com o meio. Porém, é necessário refletir sobre a prática do professor de geografia, no que diz respeito a mediação da formação deste aluno, que deverá ser capacitado ao exercício de cidadania.

Alcançar formação para a cidadania por meio do ensino de Geografia exige que os docentes estejam capacitados para tal. Como ponto de partida para isto, é preciso compreender a relação estabelecida entre as instituições de ensino e a sociedade, uma vez que a organização escolar, esta pautada a interesses sociais específicos.

É imprescindível que o professor tenha referências a respeito do papel desempenhado pela educação historicamente e na atualidade, e especificamente pela educação escolar na sociedade, particularmente na sociedade brasileira. Entender essa relação entre educação e sociedade é importante para perceber os limites da própria atuação em sala de aula [...] (CAVALCANTI 2012 p.33)

Além disto, é necessário que o professor esteja atualizado, buscando sempre caminhos para auxiliar seus alunos de forma qualificada. O professor deve vislumbrar sua formação como algo permanentemente a ser aprimorado, compreendendo que a sua formação inicial não é suficiente para lhe assegurar uma prática sem limitações.

Passini (2012) assinalou oportunamente a urgência de que educadores pesquisem metodologias em todos os níveis de ensino, em busca de se alcançar a aprendizagem com uma abordagem problematizadora e investigativa.

Concordando com a autora, acredita-se que para a formação de um aluno com habilidade crítica é preciso abandonar práticas habituais, em que o professor trabalha exaustivamente com memorização, adotando o uso de metodologias diferenciadas que permitam ao aluno, se aproximar ao máximo de sua realidade. Possibilitando aos alunos

[...]serem sujeitos de investigação, da observação do espaço real, de homens reais com suas contradições, e análise de fatos reais para entenderem o significado de produção e organização do espaço geográfico. O professor deve criar circunstâncias para que o aluno veja o problema e organize a investigação para tentar solucioná-lo. (PASSINI 2012 p. 54)

É importante para o aluno pensar o espaço em sua totalidade, Santos (1997), afirma que espaço se constitui como elemento indivisível, sendo que independente de sua forma ou função, encontrar-se-á sempre ligado à totalidade que o concede e o faz real.

O autor afirma ainda, a importância do conhecimento de seu lugar de vivência, para a partir dele compreender o todo, considerando que o alcance da cidadania depende da atuação do indivíduo sob o lugar. Assim, cabe ao professor de geografia conduzir o aluno a compreender o espaço em sua totalidade, partindo de sua realidade local.

Castrogiovanne (2003) nos atenta para importância da compreensão do espaço local e sua dinâmica de produção, evidenciando que ela é a base para a construção de um conhecimento efetivo, que propiciará a compreensão de realidades externas

Um aluno que sabe compreender a realidade em que vive consegue perceber que o espaço é construído, e que nesse processo de produção do espaço local e regional consegue perceber que todos os homens, que a sociedade é responsável por esse espaço, conseguirá estudar questões e espaços mais distantes e compreender, indo além do aprender porque o professor quer. (CASTROGIOVANNE 2003, p. 32)

Morais e Cavalcanti (2011) recomendam que o professor busque refletir, como fazer a aula ministrada por ele ser significativa no sentido de contribuir com a formação dos alunos.

Segundo as autoras, desta forma contribui-se para os estudantes entenderem a sua realidade, formando-os para serem cidadãos do lugar.

A consolidação da prática docente pautada nas colocações acima, ainda é um desafio nas instituições de ensino. O professor da educação básica enfrenta muitos problemas, os quais acabam por limitar sua atuação, dentre eles, a desvalorização profissional, baixos salários, carga horária exaustiva, falta de matérias e infraestrutura entre outros.

Somados a estes problemas, de acordo com Cavalcanti (2012) ainda há resistências na prática escolar, sendo que a geografia ensinada muitas vezes não consegue superar seu caráter descritivo e de enumerações de dados, o trabalho com situações problemas, buscando a formação de um pensamento conceitual, para servir de instrumento de vida cotidiana, tendo em mente o contexto local, e a complexidade do mundo, ainda são tentativas desafiadoras.

Assim, cabe repetir a ressalva da essencialidade do professor de geografia seguir pelo caminho da capacitação continuada, a fim de que ele consiga responder as demandas de seus alunos na busca pela aproximação da cidadania. Segundo Passini (2012) mais uma necessidade, o professor de geografia tem o dever de estabelecer a autonomia como objetivo da sua atuação, ter como meta a formação da cidadania, como participação consciente e responsável. Com base nos dados expostos, é possível verificar que geografia escolar por meio de suas categorias pode oferecer grandes contribuições ao processo de formação do aluno cidadão.

5 Considerações Finais

Por meio das breves exposições realizadas neste artigo, é possível identificar que ainda existem desafios que precisam ser superados na educação, para que exista uma unidade prática entre a formação do aluno enquanto agente social e profissional do mercado de trabalho.

Não há dúvidas que capacitar o aluno para a cidadania, é algo necessário, uma vez que todo indivíduo se constitui como um agente social, que intervém na sociedade, seja compactuando com ela, seja transformando-a. A importância de dotar o aluno de capacidade crítica e analítica é indiscutível, e mais que isto é preciso estimulá-los a ação.

Evidenciou-se ainda por meio desta pesquisa, que a formação e atuação do professor de geografia carece de atenção e investimentos, em meio a complexidade que tem assumido no cenário do mundo moderno. É preciso uma reflexão coletiva sobre docência e suas

limitações, a fim de pensar ações para suprir as dificuldades enfrentadas no processo de ensino através do alcance da práxis.

6 Referências

CARLOS, Ana F. Da organização à produção do espaço In: CARLOS, Ana F. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011. pp.63-88

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. O misterioso mundo que os mapas escondem. *In*: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 31 - 48.

CAVALCANTI, Lana de S. Cidade, cidadania e possibilidades de realização do ensino de cidade em Goiânia. In: CAVALCANTI, Lana de S **A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008. pp.147-180

CAVALCANTI, Lana de S. **O ensino de Geografia na Escola**. Campinas: Editora Papirus, 2012.

FARIAS, A. L. L. **Geografia na escola: um conhecimento alinhado a cidadania?** 2007. 93f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba/Campina Grande, 2007

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

RIBEIRO, M. W. Origens da disciplina de Geografia na Europa e seu desenvolvimento no Brasil. In **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 817-834, 2011. Acesso em 07 de janeiro. Disponível em:

<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=5667&dd99=view>

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: ES. Da UFSC, 2011

GÓMES-GRANELL, C. E VILA, I. (Coord.). **La ciudad como proyecto educativo**. Barcelona, Madrd: Ed. Octaedro, 2001. pp. 11-52.

MORAIS, Eliana B. de e CAVALCANTI, Lana de S. A cidade, os sujeitos e suas práticas espaciais cotidianas. In MORAIS, Eliana B. de e CAVALCANTI (org) **A cidade e seus sujeitos**. Goiânia: Ed. Vieira, 2011. pp. 13-30

OLIVEIRA, S. R. L. **Formação do conceito de Cerrado e o ensino de geografia: análise dos conhecimentos geográficos de alunos do ensino médio da rede pública estadual de Jataí/Goiás**. 2012. 132f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Federal de Goiás/Jataí, 2012.

PASSINI, E.Y. **Alfabetização Cartográfica e a aprendizagem de Geografia.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** 4ed. São Paulo: Nobel, 1997

VESENTINI, J.W. **Geografia, Natureza e Sociedade.** 4. ed. São Paulo, Editora Contexto, 1997.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e espaço. 4 ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.